

GDF cobra IPTU de condomínio

Cobrança ocorrerá a partir de junho, se estenderá aos assentamentos e atingirá 150 mil famílias. Governo não teme ações

MARIA EUGÊNIA

O GDF vai cobrar, ainda este ano, IPTU dos lotes localizados em condomínios irregulares e nos assentamentos. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Fazenda, Mário Tinoco. De acordo com o secretário, o governo já está fazendo um cadastramento de todos os lotes para iniciar a cobrança a partir de junho, começando pelos assentamentos, mesmo sem a legalização dos terrenos. A medida vai afetar o bolso de pelo menos 150 mil famílias.

Tinoco reconheceu que o GDF “vai comprar uma briga feia” ao decidir pela cobrança, mas justificou a iniciativa lembrando que a situação financeira do DF “não está nada boa”. Segundo ele, o governo não teme “uma chuva” de ações na Justiça contra a cobrança do imposto, já que os terrenos não estão regularizados. “Vamos cobrar baseado na posse dos lotes. Se não optarmos por medidas como esta, nossa receita não aumenta”.

O secretário explicou que a decisão do GDF não precisa do aval da Câmara Legislativa, devendo ser regulamentada por meio de um decreto assinado pelo governador

Cristovam Buarque. No caso dos assentamentos, o GDF poderá utilizar a figura do redutor para reduzir o impacto do IPTU no orçamento das famílias carentes. Para os condomínios, entretanto, o imposto deverá ser cobrado em sua totalidade.

Dos 232 condomínios cadastrados pelo GDF, 144 são considerados urbanos e, por isso, estão sujeitos ao pagamento do IPTU. Ao todo, esses condomínios são compostos por cerca de 30 mil lotes, dos quais apenas 23% estão efetivamente ocupados por seus proprietários. Nos assentamentos, a medida vai mexer no bolso de pelo menos 120 mil chefes de família, dependendo do redutor adotado pelo GDF.

A cobrança do IPTU para os lotes localizados em condomínios e assentamentos faz parte de um esforço da Secretaria de Fazenda de incrementar a arrecadação local. Também fazem parte do “pacote”, a cobrança de impostos dos comerciantes informais, a realização de blitzes nas fronteiras do DF para evitar a entrada de mercadorias sem a cobrança de ICMS e o cruzamento de informações declaradas pelas grandes empresas locais.



Os condomínios urbanos receberão a cobrança mesmo sem a regularização, com base na posse dos lotes. Decisão não passará pela Câmara

Arquivo